



TERMO JUSTIFICATIVO DE DISPENSA DE LICITA O

A Prefeitura do Município de Santa Quitéria/CE, através da **Instituto de Previdência de Previdência dos Servidores Públicos do município de Santa Quitéria/Ce**, vem justificar o procedimento de dispensa de licita o, nos termos adiante.

Dispensa de Licita o Eletr nica n.  **PCS-01.070624-IPESQ**

Objeto: **Contrata o de empresa para presta o de serviços de assessoria ao quadro de servidores do instituto de previdência Santa Quitéria CE, na operacionaliza o e gerenciamento do sistema de compensa o previdenciária – COMPREV.**

1 – JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATA O

Justifica-se a contrata o de sociedade de advogados devidamente registrada na OAB, para assessorar a gestão de Regimes Próprios de Previdência Social, considerando que este Instituto não dispõe, dentre o seu quadro de colaboradores, de pessoal técnico-jurídico para os serviços em comento, para a realiza o de tais atividades, levando em considera o a natureza complexa da atividade previdenciária, por isto   que se faz necessária contrata o de empresa especializa no ramo objeto.

Ressalte-se ainda, os processos judiciais e administrativos envolvendo o Instituto de Previdência nos mais diversos órgãos públicos, tais como Ministério Público Estadual e Federal, Secretária Previdenciária da Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social – SRPPS/SPREV do Ministério da Fazenda, Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE/CE e Tribunal de Contas da União, que necessitam de acompanhamento jurídico.

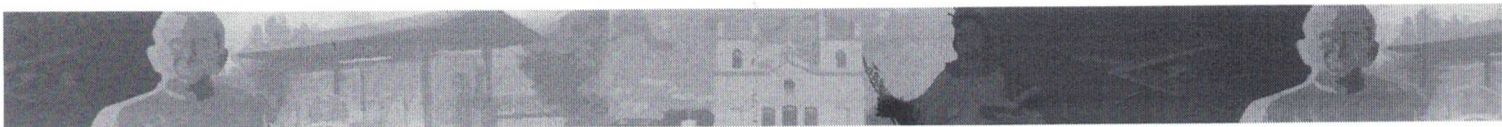
2 – JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITA O:

A supremacia do interesse público fundamenta a exigência como regra geral de licita o para contrata o da Administra o Pública. No entanto existem hipóteses em que a licita o formal seria impossível ou frustraria a própria consecua o dos interesses públicos. Obviamente, nesses casos, a realiza o da licita o viria tão somente sacrificar o interesse público, motivo pelo qual o legislador concedeu ao administrador a faculdade de dispensar o certame nos casos expressamente previstos.

Assim,   de se concluir que, em se tratando de contrato administrativo, a dispensa deve ser a exce o, ocorrendo apenas nos restritos casos autorizados pela lei. Essa previsão   plenamente justificável quando a hipótese se encaixar nos cânones legais enunciados nos distintos casos em que o contrato a ser travado pode ser concretizado independentemente de licita o.

Em razão, de os serviços essenciais não poderem sofrer situa o de continuidade, e entre esses o serviço pretendido   imprescindível, de uso, que se destina especialmente a execu o dos serviços públicos para fruic o e manuten o do desenvolvimento do conhecimento desejado.

3 – FUNDAMENTO JURÍDICO:



Como é sabido, a licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações é uma exigência constitucional, para toda Administração Pública, conforme ditames do artigo 37, XXI da CF/88, e da Lei Federal nº 14.133/21, ressalvados os casos em que a administração pode ou deve deixar de realizar licitação, tornando-a dispensada, dispensável e inexigível.



"Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência." E também, a seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensável a garantia do cumprimento das obrigações."

(Grifado para destaque)

4 - FUNDAMENTAÇÃO DA DISPENSA:

O caso em questão se enquadra perfeitamente no dispositivo em que a lei classifica como licitação dispensável, pois a justificativa da contratação já delineada no Termo de Referência, parte integrante deste processo administrativo, fica caracterizada como tal.

Segundo a Lei Federal nº 14.133/21, em hipóteses tais, a administração pode efetivamente realizar a **contratação direta** para o serviço pretendido, mediante dispensa de licitação, conforme artigo 75, II do referido diploma, *in verbis*:

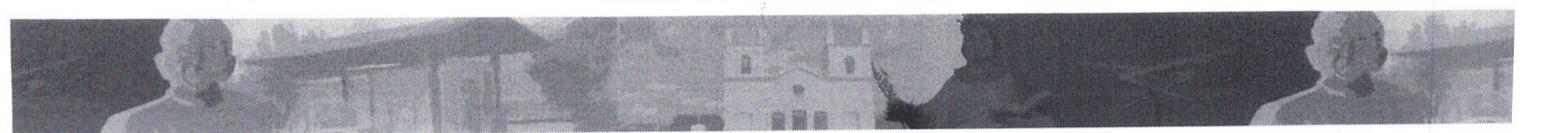
"Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras"

(Grifado para destaque)

O valor em destaque acima sofreu atualização através do disposto no Art. 10, do **Decreto Federal nº 11.871, de 2023**, passando a prevalecer o valor de **R\$ 59.906,02**. E para o presente processo o melhor valor proposto se concentrou dentro da margem estabelecida.



Por tudo exposto, resta sobejamente provado que a Dispensa de Licitação para o serviço pretendido, mostra-se indispensável.

Desse modo, a hipótese tratada apresenta-se como um dos casos em que a administração pode (e deve) efetivamente dispensar o processo licitatório, realizando a contratação direta, conforme estabelece o artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores.



5 – RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA:

A escolha recaiu sobre o fornecedor: **AMARILDO RODRIGUES FARIAS - inscrito no CNPJ sob o nº 07.858.142/0001-33.**

Considerando as cotações de preços, comprova-se que a contratação se dá considerando os preços praticados no mercado, para que não haja prejuízo à Administração.

Vê-se, pois, que a administração contrata a empresa que oferece a proposta mais vantajosa, conforme os ditames da Lei Federal nº 14.133/21. No presente caso, fora a empresa supracitada, sobre a qual recaiu a contratação, apresentando o menor preço, justificando proposta mais vantajosa para a Administração.

6 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

A responsabilidade e o eficiente emprego dos recursos do Erário Municipal deve ser meta permanente de qualquer administração.

Como se sabe, tendo em vista que o objetivo dos procedimentos licitatórios é selecionar a proposta mais vantajosa à administração, e considerando o caráter excepcional das ressalvas de licitação, sendo a justificativa do preço um dos requisitos indispensáveis à formalização desses processos, a teor do inciso VII, do Art. 72 da lei de licitações.

Tratando-se de licitação dispensável, ou seja, quando em tese há a possibilidade de competição, mostra-se pertinente a realização de pesquisa de preço colimando apurar o valor de mercado da referida contratação.

Através de coletas de preços, restou devidamente comprovado que os valores a serem pagos ao possível contratado encontram-se em conformidade com a média do mercado específico, segundo Termo de Referência constante dos autos. Assim, vale ressaltar que o preço a ser pago encontra-se em conformidade com o menor preço do mercado específico, e que o valor total do serviço será de **R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).**

7 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSOS:

Os recursos necessários ao custeio da despesa oriunda com a presente contratação encontram-se devidamente alocados no orçamento municipal e correrão por conta da classificação abaixo discriminada:

- Gestão/Unidade: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Santa Quitéria - IPESQ.

Rua Professora Ernestina Catunda, 50, Planalto Piracicaba
Santa Quitéria - Ceará - CEP: 62280-000
CNPJ: 07.725.138/0001-05



- **Fonte de Recursos:** Próprios.
- **Programa de Trabalho:** 09.122.0002.2.007 - Gerenciamento Administrativo Estratégico do IPESQ
- **Elemento de Despesas:** 3.3.90.36.00 - Outros serviços de terceiro de pessoa física.
- **Origem de Recurso:** 1500000000 - Recursos não vinculados a impostos.



Pelo exposto, submeto o presente Processo Administrativo de Dispensa de Licitação e anexos à devida autorização.

Santa Quitéria/CE, 25 de junho de 2024



Josenias Magalhães de Sousa
Diretor/Presidente -IPESQ

